

**10% do PIB**  
para educação pública, **já!**

A Adusp participa do plebiscito "10% do PIB para a educação pública já!", concebido e organizado por diferentes entidades em nível nacional. Convidamos todos os colegas a votarem nos centros acadêmicos de suas unidades até 6/12.

## Democratização da USP: urgente desafio

A mobilização dos estudantes cresce, conquistando apoios até em unidades que geralmente não aderem a movimentos coletivos. O protesto estudantil ganha vigor ao mesmo tempo em que realça algumas de suas características mais marcantes, como o uso do humor como instrumento de crítica e a disseminação dos círculos de debate. A ampliação da curiosidade e das indagações quanto às causas estruturais dos recentes episódios ocorridos no *campus* Butantã da USP é um dos ganhos do movimento.

A assembleia da Adusp de 9/11 apontou diversas questões cujo debate é urgente e deve ser aprofundado. Todas elas relacionadas, de algum modo, aos índices de democracia existentes dentro e fora do *campus*, o que remete, de imediato, à discussão da estrutura de poder vigente nesta universidade, com seu Estatuto que mantém intacta a hierarquia oligárquica, a centralização do poder na figura do reitor e as heranças da Ditadura Militar, como o regimento disciplinar de 1972.

Claro está que a operação de desocupação da Reitoria protagonizada por um contingente despropositado de

policiais militares, com direito a apoio aéreo e cavalaria, não teria sido possível, em termos legais e políticos, caso não tivesse sido requisitada pelo reitor por via judicial, confirmando seu estreito vínculo com um governo estadual, afeito a soluções autoritárias e à repressão das demandas populares. É nosso entendimento que essas questões deveriam ter sido resolvidas pelo diálogo e pela negociação.

Como já assinalamos na edição anterior, o convênio com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) que trouxe a PM ao dia a dia do *campus* do Butantã não foi submetido ao Conselho Universitário (Co), embora o reitor disponha de amplíssima maioria nesse colegiado. Isso significa que, eventualmente, nem sequer os ritos formais da instituição são respeitados, ainda que não impliquem risco para as intenções da Reitoria. Ora, levar assuntos dessa natureza ao Co permitiria que as poucas vozes da comunidade universitária que se dispõem a exercer a crítica e a reflexão no âmbito daquele colegiado se manifestassem.

O sistema de poder da USP é exercido por um seleto círculo, pertencente, por



Humor e alegria no ato da Avenida Paulista em 24/11

sua vez, a um segmento relativamente pequeno: os professores titulares, que são 1.072 ou 18,7% dos 5.732 docentes (dados de 2009). Somente os professores titulares podem candidatar-se aos cargos de reitor, vice-reitor e diretor de unidade. Eles controlam as congregações e praticamente todos os órgãos importantes. O grau de sua presença no principal colegiado da universidade expressa adequadamente a medida do seu poder, quando comparado ao de outros segmentos docentes e ao de outras categorias. Continuemos a conferir os números.

Dos 122 assentos do Co, nada menos do que 81 (66%) são ocupados atualmente por professores titulares, na condição de diretores de unidades e representantes de congregações (esse segmento preenche até a vaga reservada aos ex-alunos). Os 3.080 professores doutores, que são 53,73% de todo o corpo docente, contam com um solitário representante no Co, vale dizer, ocupam 0,8% dos assentos!

A discriminação não se limita aos doutores. Os alunos de graduação e de pós-graduação, que em 2009 eram quase 91 mil, possuem apenas 15 representantes no

Co, o que resulta em 12,29% do total de assentos. Os funcionários, que eram 15.341 naquele mesmo ano, têm 3 representantes ou 2,4% dos assentos.

Este sistema, fundamentado na concentração de poder e que se reproduz nas congregações e nos demais colegiados, tem-se perpetuado por meio de eleições indiretas de reitores e diretores de unidades, com troca de favores entre grupos, loteamento de cargos e perseguição aos opositores. O fato de caber ao governador a palavra final, escolhendo um

**continua na p.2**

## Assembleia Geral da Adusp

29/11, 3ª feira, 17h, no Auditório da Geografia

Pauta: Avaliação dos últimos acontecimentos na USP; eleição de delegados da Adusp para o 31º Congresso do Andes-SN

Daniel Garcia

continuação da capa

## Adusp refuta alegações da USP no inquérito civil da Promotoria sobre descumprimento da LDB

dos três nomes mais votados em um colégio eleitoral que não representa a comunidade (no segundo turno se reduz a cerca de 300 eleitores), é uma concessão do Estatuto; a eleição poderia concluir-se no âmbito da própria universidade.

Um dos elementos centrais do exercício do poder na USP é a criação de casuísmos e normas ilegais, sendo frequente a prática de atos que ferem a Constituição Federal, como apontado, reiteradas vezes, pela Adusp. A oferta de cursos pagos, as regalias concedidas às fundações privadas de apoio, a crescente terceirização do corpo de funcionários técnico-administrativos, as demissões de dirigentes sindicais com estabilidade são alguns dos exemplos de tais práticas. Na atual gestão esses vícios acentuaram-se. O reitor é alvo de inquérito do Ministério Público Estadual por suspeita de nomeações irregulares na Procuradoria Geral da USP, ex-CJ (*Informativo Adusp* 332).

Neste contexto de falta de representatividade na tomada de decisões por parte da Reitoria, as insatisfações acumuladas vieram à tona como reação às ações da PM. Se tivéssemos à frente da Reitoria dirigentes universitários afeitos à democracia, a resposta às tensões represadas poderia ter sido mais inteligente.

Indubitavelmente, a democratização da USP e a realização de uma Estatuinte voltam a figurar, com força, na agenda do movimento. Materializar essa agenda é um desafio a ser superado diante da falta de sintonia entre os segmentos que sustentam esta proposta, o que já inviabilizou o quinto Congresso da USP em 2008. Tornou-se um urgente desafio a união em torno da bandeira da Estatuinte.

No mês de setembro, a Adusp encaminhou ao promotor de justiça Silvio Marques, da Promotoria do Patrimônio Público e Social, ofício em que contesta a defesa da USP no inquérito civil instaurado em abril de 2011, que investiga descumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no tocante à composição do colégio eleitoral de reitor, e consequente irregularidade no processo eleitoral (*Informativo Adusp* 326). O inquérito decorre de uma representação da Adusp contra a USP, em razão de que o número de docentes nos colegiados excede os 70% fixados pela LDB, em detrimento das demais categorias.

No documento, a advogada Lara Lorena, representante da entidade, lembra que a USP — ao citar o fato de que uma ação movida em 2005 pela Adusp contra a universidade foi julgada extinta sem exame do mérito — “propositalmente, apenas destacou a decisão que indeferiu a medida liminar, omitindo o teor da sentença e do acórdão do Tribunal de Justiça de São Pau-

lo, que denegou a segurança com base do princípio do fato consumado, dado que em razão da morosidade do Poder Judiciário, por ocasião do julgamento, o mandato da então Reitora já havia inclusive se encerrado”. Por isso, acrescenta, “o Poder Judiciário em nenhum momento apreciou o mérito da matéria, qual seja, a legalidade da composição dos colegiados da Universidade de São Paulo”.

A Adusp contesta as surpreendentes alegações da defesa da USP de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “não é norma de diretriz ou base da educação nacional”; de que, apesar disso, os órgãos colegiados da USP se encontrariam em consonância à LDB à medida garantem o mínimo de 70% dos assentos destinados aos docentes; de que, ainda, a norma citada não veda quantidade superior destinada aos docentes, “desde que se assegure a existência de órgãos colegiados deliberativos, nos quais participem os segmentos da comunidade”; e finalmente, de que a LDB não estabelece a composição das demais categorias.

### Presunção

“No tocante ao mérito, não merece longas considerações, por óbvio, refutar o argumento sofrível de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional *não é* norma de diretriz ou base da educação nacional”, diz o documento encaminhado pela Adusp à Promotoria. “Tal argumento somente poderia ser aventado pela autarquia que tem como histórico acreditar que não deve observância ao ordenamento jurídico pátrio, apenas às regras que ela mesma se impõe, em uma presunção completa de legalidade de todos os seus atos, confundindo autonomia com soberania”.

Ainda segundo o texto: “Como se depreende dos dados e percentuais apresentados na peça inicial da representação, não contestados ou impugnados pela Universidade de São Paulo, não é verídica a alegação de que a USP assegura a participação democrática dos diversos segmentos da comunidade universitária. Não há como garantir a participação dos demais segmentos da comunidade nas deliberações dos

colegiados à medida que a representação docente atinge 80% a 90% na maioria de seus colegiados”.

O dispositivo da LDB que fixa índice de 70% de docentes nos colegiados, prossegue, deve ser observado “em consonância aos demais princípios diretivos da lei, em especial o princípio da participação democrática, que, a despeito da posição da USP, também foi assegurado como princípio do ensino superior público pela Constituição Federal brasileira”. Embora não estabeleça percentual máximo para a representação docente, sustenta o documento, “a norma proíbe sim percentual superior aos 70% à medida que inviabiliza a participação democrática dos demais segmentos que compõem os interesses das diversas categorias da comunidade universitária”.

Normas que constam de diversos dispositivos do Estatuto da USP chegam a “vedar a composição democrática dos colegiados, impossibilitando que as demais categorias cheguem a atingir o percentual de 30%, em flagrante ilegalidade”.

## Alekmin transforma regime do HC e acelera privatização da Saúde

A base de sustentação do governador Geraldo Alekmin (PSDB) na Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou na sessão de 16/11 projeto de lei que transforma o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP em autarquia especial. A manobra permitirá que a Fundação Faculdade de Medicina (FFM), entidade privada gestora do HC, amplie o processo de privatização por meio do atendimento a convênios e particu-

lares, em detrimento ao atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto, que tramita desde 2006, foi aprovado por 58 votos favoráveis e 19 contrários. As tentativas de aprová-lo em semanas anteriores fracassaram, porque o seu teor privatizante encontrou resistências até na base de apoio do governo. De acordo com o deputado Luiz Cláudio Marcolino, vice-líder da bancada petista, a nova

lei é mais um passo no desmonte do patrimônio público paulista. “São Paulo está na contramão do fortalecimento do SUS, na busca da constituição de um sistema de saúde pública de qualidade”, declarou.

Uma parcela expressiva dos leitos do HC e do Instituto do Coração (InCor) já é privatizada hoje por meio da “segunda porta”, ou seja, pacientes particulares e de convênios recebem tratamento vip, sem ter

de enfrentar as filas reservadas aos pacientes do SUS. Ambos, HC e InCor, são comandados por fundações privadas ditas de apoio, a FFM e a Fundação Zerbini. O processo de privatização do sistema público de saúde acelerou-se desde que Giovanni Guido Cerri, um dos principais dirigentes da FFM, tornou-se secretário estadual da Saúde, em clara situação de conflito de interesses.



# Cotas dividiram opiniões no debate de 24/11

## Co elege membros da CCAD

O debate “Políticas afirmativas: cotas étnicas nas universidades”, promovido pelo GT Gênero, Etnia e Classe da Adusp e realizado em 24/11, contou com a professora Fulvia Rosemberg, da PUC-SP, e o professor Francisco Carlos Vitória, da Universidade Federal de Pelotas.

O professor Francisco Carlos iniciou sua exposição contextualizando as ações afirmativas no âmbito do movimento negro. Procurou demonstrar que o debate acerca da inclusão social dos negros ganhou novo fôlego a partir do final dos anos 1970, quando o movimento ressurgiu e a sociedade civil passa a se reorganizar buscando a redemocratização, o que fortalece a ideia do “direito a ter direito”.

Francisco Carlos buscou, ao longo do debate, não assumir posição categoricamente contrária às cotas, mas questionou a eficácia dessa política: “Somente 20% têm direito às cotas... O que nós vamos fazer com os 80% que sobraram? É uma política que

se diz incluyente, mas na verdade é extremamente excludente”. Também se referiu à falta de políticas de permanência para o cotista, o que garantiria seu sucesso. Segundo o professor, não se faz a discussão desse aspecto. Portanto, pergunta: “Qual é a eficácia dessa política?” O sistema de cotas, pensa ele, reproduz a ideia de que os negros são intelectualmente inferiores; e isso acabaria se refletindo, posteriormente, em suas vidas profissionais.

O professor acredita que os defensores de cotas empregam como verdadeiro o argumento de que são racistas ou conservadores todos os que tomam posição contra sua implantação. No entanto, questiona, “se querem pagar uma dívida histórica, por que pagar somente 20%?”

A professora Fulvia Rosemberg defendeu as políticas afirmativas. Primeiramente, elucidou vários conceitos que se encontram implicados nesse debate, tais como a distinção entre raça e etnia, além de tratar da condição política

da identidade negra no Brasil. Ressaltou como o sistema educacional brasileiro reproduz a desigualdade social e racial, consequência da herança do passado escravista brasileiro e da existência de um “racismo institucional”, produzido pelo Estado.

A professora identificou duas dimensões do racismo brasileiro: uma concretizada na condição socioeconômica inferiorizada da população negra; outra presente na construção simbólica da figura social e cultural do negro, sempre ausente ou rebaixada. Além disso, a sociedade brasileira não se reconhece como racista porque nunca houve uma legislação segregacionista após a abolição da escravidão: “O equívoco que vem sendo colocado pela mídia é de que o racismo brasileiro seria somente interpessoal [...]. O racismo se processa em uma dimensão simbólica, ao considerar o negro um segmento social inferior; e em uma dimensão material, ao pertencer às camadas inferiores do ponto de vista de

renda da população”.

Ainda segundo Fulvia Rosemberg, os negros vivem uma situação de grave injustiça e se encontram sempre em desvantagem em relação ao branco tanto no acesso à educação, quanto à saúde ou à moradia. Nesse sentido, a professora concebe as políticas afirmativas (sendo as cotas apenas uma delas) como armas importantes de mudança efetiva e simbólica, representando uma estratégia eficiente no combate à desigualdade racial.

O ensino superior é um dos espaços brasileiros de maior segregação, onde quase não existem negros, daí a necessidade das cotas nas universidades. “O vestibular foi uma estratégia criada para controlar o nepotismo do acesso ao ensino superior, no entanto a política universalista no Brasil é ainda discriminatória”, explica a professora, que complementa: “O debate ainda está restrito, pois os argumentos contrários à política afirmativa ficam na base do achismo, não são consistentes”.

Na reunião do dia 18 de outubro de 2011 o Conselho Universitário elegeu os membros da Comissão Central de Avaliação Docente (CCAD). Foram escolhidos predominantemente professores de estrita confiança do reitor, todos diretores ou ex-diretores de unidades e membros de outras comissões.

“A escolha da CCAD foi apenas mais do mesmo”, declarou o professor Manoel Fernandes. “Depois de todo histórico de aprovação de níveis horizontais de carreira com vícios questionados na justiça; de promessas não cumpridas de retomar a discussão do começo por parte do Reitor; de ter a comissão da qual fizemos parte se reunido uma única vez e anunciado o professor que a presidiria via *USP Destaque* quando seria a votação dos critérios; e do massacre que foi a reunião do CO que aprovou tais critérios em julho deste ano... os nomes aprovados, com raras exceções, são exatamente aqueles que estão em todas as comissões (CRL, COP, CAA e outras tantas), de modo repetido ad nauseam”.

Os nomes, por área, são os seguintes: Ciências Exatas e Tecnológicas - Luiz Nunes de Oliveira (IFSC), Flávio Ulhoa Coelho (IME), Fernando Rei Ornellas (IQ); Ciências Biológicas e da Saúde - Suely Vilela (FCFRP), Wellington Braz Carvalho Delitti (IB), Luiz Roberto Giorgetti de Britto (ICB); Ciências Humanas e Sociais - Emma Otta (IP), Sandra Margarida Nittrini (FFLCH), Maria Ângela Faggin Pereira Leite (FAU).

Ao que parece, o Co ignorou o fato de a ex-reitora Suely Vilela ter sido co-autora de um trabalho que incorreu em plágio, o que pode comprometer a credibilidade da CCAD.

## Novo convênio deixa pendências na EEL

Em reunião extraordinária realizada em outubro, o Conselho Universitário (Co) aprovou o novo convênio firmado entre a USP e o governo estadual relativo à Escola de Engenharia de Lorena (EEL), por meio do qual a USP assume parte dos custos com pessoal da unidade incorporada em 2005, na forma de gratificações salariais, com a finalidade de igualar a remuneração de docentes e funcionários técnico-administrativos daquela unidade aos vencimentos pagos aos docentes e funcionários pertencentes aos quadros da universidade (vide *Informativo Adusp* 333).

Embora tenha recebido críticas das representações dos funcionários técnico-administrativos, dos discentes e do professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, então representante dos doutores no Co, o convênio foi aprovado por unanimidade. “Não tivemos como votar contra, era isso ou nada”, explicou o docente.

“Lorena de fato não foi incorporada. É uma meia-incorporação”, afirma ele, observando que resolveu-se um problema criando-se outros: “Os professores que fizerem concurso e entrarem agora serão docentes da USP, en-

quanto os outros receberão suplementação salarial. Temos dois regimes de trabalho na mesma instituição, carreiras distintas, regimes previdenciários distintos”.

Ele também criticou o fato de que, em agosto, a Reitoria votou a ampliação de cursos e de vagas para alunos, antes que fosse resolvido o problema salarial. “Por que o convênio não foi discutido na mesma época?”, indaga.

O professor chama a atenção, ainda, para a necessidade de ampliação do número de cargos para docentes, para que seja possí-

vel atender adequadamente à ampliação.

Na gestão de Suely Vilela, o diretor da EEL, professor Nei Fernandes, pediu a criação de 130 cargos de professor doutor e 14 cargos de professor titular. Mas a Assembleia Legislativa (Alesp) acaba de aprovar um número de cargos bem mais modesto: 80 doutores e 8 titulares. Serão necessários 22 novos professores somente para os cursos que serão criados. O diretor lamentou que o Co não tenha enviado à Alesp a solicitação, feita por ele, de criação de cargos de funcionários técnico-administrativos.

# Cresce a greve dos estudantes na USP

Daniel Garcia

A greve geral dos estudantes da USP iniciou-se em 9/11, dia seguinte à reintegração de posse da Reitoria e à prisão de 73 alunos que a ocupavam em protesto contra o convênio firmado entre a USP e a Secretaria de Segurança Pública (SSP). Em 23/11, a assembleia geral ocorrida na Escola Politécnica (Poli), que contou com cerca de mil estudantes, aprovou a manutenção da greve, a realização de um ato público em frente à Assembléia Legislativa (Alesp) em 28/11 e a organização da Calourada Unificada em 2012 pelo Comando de Greve.

Cerca de 1.500 estudantes caminharam pela Avenida Paulista no dia 24/11, em resposta à declaração do governador Geraldo Alckmin, após a desocupação da Reitoria, de que os alunos da USP precisavam de uma “aula de democracia”. O ato, que chegou a bloquear a avenida por alguns instantes, foi encerrado com uma “Aula pública sobre Democracia” no vão do MASP, no final da tarde.

Durante a assembleia de 23/11 diversos cursos declararam apoio à greve e confirmaram presença no ato que seria realizado na Avenida Paulista no dia seguinte. Cursos como Filosofia, Letras,



Votação na assembleia de 23/11, na Poli

História, Geografia, Ciência Sociais, Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Turismo, Educomunicação, Biblioteconomia, Música, Pedagogia, Arquitetura, Design, Física, Matemática e Estatística estão em greve ou paralisaram suas atividades por alguns dias. Representantes dos campi de São Carlos, Ribeirão Preto e Bauru, além da Unesp, também manifestaram apoio ao movimento.

## Noticiário

Um ponto muito discutido na assembleia foram as distorções existentes no noticiário difundido por uma parte da mídia, que busca reduzir o movimento a uma espécie de “campanha” em favor do consumo de maconha no campus Butan-

tã. Foi relatado também por moradores do Crusp e diretores de CAs de diversas unidades que a moradia estudantil foi invadida por policiais após tanta repercussão negativa. Danielle Gazarini, presidente do Grêmio Politécnico, fez questão de mencionar que nem a entidade que dirige, nem o centro acadêmico da Poli haviam sido invadidos por PMs. “Estão dizendo que isso ocorreu aqui e alguns veículos de comunicação vêm publicando essa inverdade. Pego, por favor, que arrumem isso”, declarou.

O comando de greve tem organizado um denso calendário para esse período de crise na universidade. Na tarde do dia 23/11, por exemplo, ocorreu o cortejo da base móvel artística intitulada “Tropa Rosa - Choq”. Dezenas de alunos realizaram ato pacífico e colorido

## POSIÇÃO DA DIRETORIA

### Em defesa da democracia e da reflexão crítica

A Adusp compareceu ao ato público de 24/11 para somar sua voz a todos os setores que se colocam na defesa da democracia, da liberdade e da educação pública e gratuita de qualidade, enquanto direito de todos e instrumento da promoção e inclusão social.

Essa perspectiva se opõe aos setores que buscam “educação de qualidade” e “universidades de qualidade” circunscritas aos interesses do poder econômico.

Nesse contexto, onde o estado de direito vigente favorece a contenção do movimento social, busca-se fazer valer na universidade a mesma lógica autoritária e repressora que vigora fora dela. Isso se choça de modo frontal com os propósitos de uma instituição que deveria se voltar à reflexão crítica e livre.

O desafio que se coloca nessa luta é conduzi-la de modo a fazer transparecer a legitimidade da causa e ampliar na sociedade a justiça destas pautas. É isso que esperamos que esse movimento conquiste, é desta luta que somos partícipes.

dentro do campus, caminhando até o Portão 1 e, posteriormente, circularam por algumas unidades, entre elas a FAU e a FEA, para convocar a participação dos alunos na assembleia geral marcada para a Poli, último ponto de parada do cortejo.

“É a primeira vez em muitos anos que ocorrem tantas assembleias seguidas com duas, três mil pessoas. A existência do movimento é um fa-

to muito positivo, pois cresceu principalmente após a entrada truculenta da tropa de choque no campus, coisa que não é aceitável na universidade pública. Poderia ter ocorrido um aplauso a essa política de ‘mão de ferro’ adotada pela Reitoria, mas não foi o que aconteceu. Houve uma resposta muito grande do movimento estudantil”, declara Thiago Aguiar, diretor do DCE-USP.

## Funcionários da Unicamp continuam em greve

A greve dos funcionários da Unicamp completou, em 28/11, quarenta dias, e continua forte. A Assembleia geral realizada em 24/11 decidiu dar prioridade, na negociação com a Reitoria, aos dois primeiros itens da pauta de reivindicações da Campanha Salarial Emergencial: 1) uma referência na carreira para todos os trabalhadores e 2) isonomia com a USP no auxí-

lio-alimentação (R\$ 510).

No dia 25/11, foi realizada uma audiência pública sobre a Unicamp na Assembleia Legislativa, com a participação dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU). Na véspera, o STU notificou extrajudicialmente a Reitoria para que suspenda sua prática de intimidar os trabalhadores em greve, “distribuindo

desrespeitosamente faltas injustificadas”.

Os trabalhadores pretendem obter o apoio do Conselho Universitário (Consu), através de manifestação das bancadas de estudantes e docentes. Desde o dia 23/11 um grupo de funcionários está acampado em frente à Reitoria, segundo declarou ao *Informativo Adusp* a assessora de imprensa do STU.

## GT Direitos Humanos

Por iniciativa de colegas do Instituto de Psicologia e após discussão no Conselho de Representantes da Adusp, está se cogitando constituir um GT DIREITOS HUMANOS com o propósito de apurar o eventual desrespeito a direitos na ação de desocupação da Reitoria da USP pela PM. A proposta é criar um espaço de escuta e registro das versões dos acontecimentos, visando, com isso, a angariar elementos para a elaboração de um relatório. Os colegas interessados a participar desta iniciativa e as pessoas que queiram dar seu depoimento podem escrever ao seguinte endereço eletrônico: [gt dh@adusp.org.br](mailto:gt dh@adusp.org.br).